

O Processo de Individuação Psicanalítico como Modo de Subjetivação em Contextos Neoliberais

The Psychoanalytic Individuation Process as a Mode of Subjectivation in Neoliberal Contexts

*Maria Carolina Araujo Antonio¹ 

Resumo

Este artigo busca entender o processo de construção de um modo subjetivação implícito na concepção de sujeito desejante produzida pela teoria psicanalítica lacaniana e operacionalizada pelos psicanalistas no processo terapêutico. Por meio da análise dos dados recolhidos em etnografia realizada em instituições lacanianas de formação de psicanalistas, o objetivo aqui é apreender como estes psicanalistas concebem a articulação entre teoria e clínica psicanalítica e como tal articulação resulta em uma concepção específica de pessoa que orienta a produção de realidades psicológicas. A terapêutica direciona o gerenciamento da vida/saúde a partir de conceitos como falta estrutural, singularidade e responsabilização, que são mobilizados pelos psicanalistas e incorporados pelos analisantes no modo de compreensão de si. Debate-se a relação da psicanálise com o sistema de pensamento neoliberal, uma vez que a terapêutica mobiliza certa noção de pessoa presente nas sociedades ocidentais, a saber, o indivíduo autônomo, livre, porém em incessante busca por satisfação. A psicanálise se mostra não só como reflexo do contexto social no qual se insere, mas como espaço de elaboração de seus mecanismos de agenciamentos. Com isso, se evidencia, através da etnografia, os processos de individuação presentes no modo de subjetivação inerente aos contextos neoliberais.

Palavras-chave: Psicanálise Lacaniana. Subjetivação. Individualismo. Neoliberalismo

Abstract

This article seeks to understand the process of construction of a mode of subjectivity which are implicit in the conception of subject of desire produced by Lacanian psychoanalytic theory and operationalized by psychoanalysts in the therapeutic process. Through the analysis of data collected in ethnography carried out in Lacanian institutions, the objective here is to apprehend how these psychoanalysts conceive the articulation between theory and clinic, and how this articulation results in a specific conception of person that guides the production of psychological realities. The therapy directs the management of life / health through concepts such as structural lack, singularity and responsibility, which are mobilized by psychoanalysts and incorporated by analysands in the way they understand themselves. The relationship between

¹ Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciências Sociais (DCS/CLCH/UEL, Londrina, PR, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4384-6802>.

psychoanalysis and the neoliberal thought system is argued, through the notion of the person present in Western societies, such as the autonomous and free individual in constant search for satisfaction. Psychoanalysis appears not only as a reflection of the social context in which it is inserted, but as a space for the elaboration its agency mechanisms. Thus, through ethnography, the individuation processes present in the mode of subjectivity inherent in neoliberal contexts are evidenced.

Keywords: Lacanian psychoanalysis. Subjectivity. Individualism. Neoliberalism

Pessoa, Indivíduo e Subjetivação

“Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’”, que Marcel Mauss escreveu em 1938, é um dos primeiros textos a analisar a construção social da pessoa — nele, “pessoa” aparece pela primeira vez como categoria universal de entendimento. A importância do texto está em apontar tal categoria como fundamental na compreensão da relação intrínseca entre os sujeitos e o meio social que os constituem. Mauss (2003) elabora uma história social da “noção de pessoa”, passando por diferentes sociedades até chegar à formulação moderna ocidental, que se desenvolve da *persona* latina, pessoa cristã, o ‘eu’ filosófico e chega à personalidade psicológica. No entanto, a etnografia comparada, somada à história social dos processos de constituição dessa noção, levou Mauss a uma equivalência entre a noção de pessoa e a de “eu” calcada na tradição filosófica e política ocidental. Ainda assim, ele anunciou as bases do que a categoria pessoa assumiria na sociedade ocidental moderna a partir da noção psicologizada da relação entre “eu” e consciência moral, e estabeleceu a assertiva de que a vida psíquica é tradução de uma realidade sociológica. Como aponta Lévi-Strauss (2003), a partir do pensamento maussiano passa-se a considerar o social como determinante do psicológico, diluindo a oposição indivíduo versus sociedade, interno versus externo, uma vez que o social pode ser apreendido nas/pelas condutas individuais.

A partir de Mauss, os estudos acerca da construção social da pessoa foram objeto de reflexão em diversos outros trabalhos, como de Levy-Bruhl (2008), Meyer Fortes (1987), Maurice Leenhardt (1979) e Radcliffe-Brown (1973), que enfatizaram a presença de diversas representações da “pessoa” em contextos sociais os mais diversos, seja por meio de definições substancialistas da pessoa, seja por definições mitológicas, seja por descrições jurídico-rituais. Com Louis Dumont (1985, 1992), a discussão sobre a categoria pessoa serviu de locus de análise da noção de indivíduo vinculada às sociedades ocidentais. Baseado em estudo realizado na Índia, Dumont descreve um modelo de sociedade configurado a partir de valores holistas, em que o princípio da hierarquia supõe a preeminência do todo sobre as partes, das relações sobre os termos, sendo a concepção de pessoa englobada pelo social. Já no modelo “ocidental”, configurado a partir da ideologia construída sob os princípios de igualdade e liberdade, a “pessoa” é concebida como um “indivíduo” autônomo, o que implica a ideia de precedência da parte sobre o todo, dos termos sobre a relação, sendo o indivíduo esfera englobante das experiências sociais, como se fosse uma categoria universal e a sociedade, a síntese de um diverso atomizado. Assim, na perspectiva antropológica, termos como ‘pessoa’ e ‘indivíduo’ passaram a designar experiências distintas.

Segundo Nikolas Rose haveria racionalidades neoliberais as quais, a depender do contexto, conferem à liberdade, autonomia e diminuição do Estado contornos próprios, específicos. Por isso, o autor sugere a importância dos trabalhos empíricos, para não se perder a capacidade de analisar essas racionalidades em relação a problemas e fatos específicos em que se encontram. Uma racionalidade neoliberal pode ser empiricamente observável através de modos de governamentalidade que intervêm nas vidas individuais e coletivas com o objetivo de geri-las e de transformá-las (CARVALHO, 2015).

Ao se considerar os saberes psicológicos – em suas diversas facetas como a psiquiatria, psicanálise, psicologia, neurociência, entre outras – como um dos desenvolvimentos da concepção de pessoa a partir da noção de indivíduo, podemos partir em busca da descrição e compreensão dos fenômenos característicos da interioridade, da mente, dos afetos, a partir dos processos de individuação presentes em suas teorias e práticas terapêuticas. Pretende-se, com isso, entender a relação destas com o contexto social, político e econômico que possibilita sua vigência, a saber, o neoliberalismo (BUTLER, 2015; ROSE, 2011, 2013). Nesse intento, este artigo objetiva descrever práticas e racionalidades neoliberais incorporadas por psicanalistas e *analistas*² na atribuição de sentido, explicação e alívio de sofrimentos psíquicos e quais implicações isso traz para os modos de subjetivação que resultam dessa prática.

A relação entre produção de conhecimento e construção de modos de subjetivação foi o foco da etnografia realizada entre 2010-2014 em instituições lacanianas de formação de psicanalistas – a Escola Brasileira de Psicanálise Seção São Paulo (EBP-SP) e a Escuela de la Orientación Lacaniana de Buenos Aires (EOL), ambas filiadas à Associação Mundial de Psicanálise (AMP)³. A pesquisa buscou, entre outras coisas, apreender o entrelaçar de aspectos morais, técnicos, políticos, subjetivos que constituem a psicanálise, bem como acompanhar a produção de nosografias, sintomas, e afecções tanto pelos psicanalistas, quanto pelos analistas. Filiado à tradição de estudos antropológicos sobre a construção social da pessoa, focando no entendimento das formas de produção e normatização do “sujeito moderno”⁴, busquei entender os processos de formação de psicanalistas para pensar como a constituição de práticas de “cuidados de si”, principalmente no que concerne aos saberes psicológicos, categorizam o indivíduo e marcam a sua individualidade.

² Todas as expressões, frases e citações que aparecem no texto em itálico são categorias êmicas, enunciação dos interlocutores da pesquisa ou produções bibliográficas recolhidas no trabalho etnográfico. O termo *analista* surgiu em uma conferência que Lacan, a convite da International Psychoanalytical Association (IPA), fez em Genebra, em 1974, com o título *Le Symptôme*, na qual teceu críticas severas a essa instituição, uma delas referente ao termo “*analizando*”, que contrapôs a “*analista*”. Em sua concepção, *analizando* remete a passividade, a alguém que recebe a ação do analista, enquanto *analista* remete a um sujeito ativo, que dirige o trabalho de *análise*.

³ A AMP – *Association Mondiale de Psychanalyse*, foi fundada em Paris, em 1992, pelo genro de Jacques Lacan, Jacques-Alain Miller. Atualmente agrega oito Escolas espalhadas pelo mundo e integra mais de 1900 membros.

⁴ Refiro-me à concepção de Foucault (2010c), que propõe uma genealogia do sujeito moderno, ou o entendimento dos modos como os indivíduos são tornados sujeitos. Segundo o autor, o indivíduo é tanto uma representação “ideológica” da sociedade como uma realidade fabricada por tecnologias de disciplina e governamentalidade, que impõem técnicas de cuidado de si por meio de redes de assistência, proteção, cuidado e controle, que vão desde a produção agrícola até mudanças demográficas, controle de natalidade, de doenças, ideais de saúde, “bem-estar”, proibições e permissões que visam a administração e a produção de corpos e subjetividades através de “dispositivos” criados e articulados pela relação entre Estado e capitalismo.

Neste artigo, apresento uma revisão teórica, articulada a estes dados etnográficos, na tentativa de problematizar a forma como a psicanálise lacaniana, enquanto teoria e prática terapêutica, produz e é produzida por lógicas significativas que têm como referência o sistema neoliberal como contexto privilegiado de atuação. Vale alertar que tomo como objeto de reflexão não a teoria lacaniana em si, mas o modo como é operacionalizada pelos interlocutores de pesquisa no processo terapêutico⁵. Ao partir da linha de pesquisa que busca apreender processos de produção do sujeito que ultrapassem a concepção deste como mero efeito passivo de mecanismos externos, e buscando desnaturalizar concepções de pessoa que possam aparecer como inerente e/ou precedente à experiência social, optei por pensar em processos de “individuação” e de “subjetivação”.

Seguindo a distinção estabelecida por Guattari (2010) entre os conceitos de “indivíduo” e “subjetividade”, esta não seria passível de totalização ou centralização no indivíduo: em constante mutação, está em circulação, é uma entidade social composta por uma série de agenciamentos de enunciação (linguagem, desejos, experiências). Torna-se relevante, portanto, observar como jogos de verdade estão ligados a relações de poder através da descrição e análise de processos micropolíticos determinantes das formas de subjetivação (GUATTARI, 1985, 2010). Na mesma linha de argumentação, a ontogênese proposta por Simondon (1992) aponta para o fato de que a questão fundamental não é saber o que é um indivíduo, mas como ele veio a ser. O ponto de partida não são os indivíduos já constituídos, mas o processo mesmo de individuação, ou seja, analisar o processo pelo qual ele continuamente individualiza-se. O que ele propõe é apreender o indivíduo através da individuação e não o contrário. Esse processo é entendido como um fluxo que transita entre relações externas e internas, entre a psique e a coletividade, e que segue a conjunção de operações físicas, biológicas, mentais e sociais.

Com Foucault (2006) temos a elaboração de uma genealogia dos processos de subjetivação resultantes da tríade saber/verdade/poder, que corresponde a um “processo de singularização” e interiorização da individualidade característico da modernidade. O cuidado de si se concentra na necessidade de conhecimento de uma série de regras de conduta ou de princípios que são, simultaneamente, jogos de verdade e prescrições. Nesta linha de argumentação, Deleuze e Guattari (2010) analisam os meios pelos quais somos constituídos como “máquinas desejantes”, mas o desejo seria algo imanente aos registros da linguagem. O sujeito assim organizado torna-se um organismo voltado à produção/reprodução dos códigos, padrões, normas, valores, políticas, conceitos e sistemas de pensamentos determinados pelo campo social no qual está inserido. A submissão da própria interioridade, dos próprios afetos e sensações a mecanismos de autoridade cada vez mais subliminares, pulverizados, de difícil apreensão e localização, favorecem o enquadramento dos corpos-sujeitos. Assim, há uma série de experiências e regimes de enunciação que incidem sobre os corpos-sujeitos, inscrevem sua marca, determinam a linguagem, territorializam conceitos, sendo a psicanálise um destes processos (DELEUZE; GUATTARI, 1996, 2010).

⁵ Como Foucault (1975), “eu falo sobre a psicanálise, mas faço questão de falar ‘de fora’. Não acho que devemos cair na armadilha, aliás, antiga, armada pelo próprio Freud, que consiste em dizer que, quando nosso discurso penetra no campo psicanalítico, ele cairá sob o domínio da interpretação analítica. Quero me manter em situação exterior à instituição psicanalítica — recolocá-la na sua história, no interior dos sistemas de poder que a subentendem.”

A Psicanálise e suas Instituições

A psicanálise pode ser definida como um fenômeno social cuja especificidade frente outros campos do saber se encontra, entre outras coisas, no modo peculiar de transmissão de seus conhecimentos. O processo de formação de psicanalistas é cercado de particularidades. Freud (2010) afirmava que, de um ponto de vista teórico, a psicanálise é um sistema de pensamento, e de um ponto de vista clínico, uma técnica única e específica de tratamento psíquico. Por essa caracterização peculiar, defendia a necessidade de institucionalização da terapêutica em contextos específicos que dessem conta das particularidades da psicanálise como saber e prática clínica. Situando-a como disciplina à parte dos campos das ciências humanas ou biológicas, determinou que seus princípios heurísticos e sua técnica clínica somente poderiam ser ensinados em associações autônomas e independentes, fora do âmbito das universidades⁶. Além disso, postula que a descoberta da vocação profissional e a transmissão dos conhecimentos que orientam a terapêutica seriam simultâneas ao escrutínio de si, supondo a divisão do sujeito em duas instâncias – consciente e inconsciente⁷ –, de modo que produção de subjetivação e formação profissional se tornam processos indiscerníveis dentro das instituições.

Com a proposta de uma releitura da obra freudiana, Lacan fomentou a dicotomia entre, de um lado, uma psiquiatria biologicista pautada nos princípios biomédicos e no ideal de saúde mental, e do outro, sua abordagem psicanalítica, voltada ao que chama de subversão do sujeito, que consiste na apreensão pelo, analisante, da determinação da linguagem, designada como *Outro*⁸, e da singularidade de seu desejo. A virada estruturalista da psicanálise lacaniana consiste na busca aos referenciais simbólicos que organizam as expressões e subjetivações, e isso implica compreender o sujeito em um contexto sociocultural determinado, imerso em relações que preexistem e marcam a linguagem, os valores, as significações e a noção de si (FOUCAULT, 2002). A desarmonia entre desejo e satisfação, vista como resultante das imposições dos laços

⁶ A psicanálise se faz presente nos cursos de graduação em psicologia e medicina como disciplina constituinte do campo psicológico e psiquiátrico. Diante disso, as instituições psicanalíticas não consideram essa forma de ensino como *formação em psicanálise*. Apenas na França, na Universidade de Vincennes-Paris VIII, existe, desde 1968, um departamento de psicanálise voltado exclusivamente para o ensino da teoria e da prática psicanalíticas como uma graduação independente dos campos médico e psicológico.

⁷ A teoria lacaniana parte do pressuposto de que a *estrutura psíquica* do sujeito se constitui por três instâncias: *Simbólico*, *Imaginário* e *Real*. De forma bastante sumária, *Simbólico* remete à forma pela qual nosso mundo é organizado pela linguagem e por suas leis que imprimem traços à organização psíquica à constituição do *sujeito do inconsciente*; *Imaginário* caracteriza a determinação social e se refere ao lugar do “eu” por excelência, com seus fenômenos de ilusão e engodo, remete à forma como o sujeito se constitui através das representações de si apreendida nas relações sociais; *Real*, diferente de realidade, é o que resta sem significação, o que não pode ser significado pelo sujeito, referente aos significantes excluídos de toda norma e de toda forma de significação, mas que se fazem presentes, por exemplo, na materialidade do corpo (MASOTTA, 1988). As palavras faladas sem intenção, murmuradas, truncadas ou silenciadas constituem material da *análise*, já que concebidas como o que escapa ao controle do *Outro*, e são definidas como expressão do *sujeito do inconsciente*. Assim, essa teoria instaura uma fenda entre o ser e o dizer, entre o “Eu penso” e o “Eu sou”, daí a inversão lacaniana do mote cartesiano “Penso, logo existo” para “Penso onde não sou, logo sou onde não me penso” (LACAN, 1998, p. 521).

⁸ O *Outro* seria a estrutura da linguagem referente ao campo do sociocultural. Seria algo como o conceito de inconsciente de Lévi-Strauss, enquanto instância mediadora da relação entre eu e o outro. A linguagem em Lacan parece operar de forma independente, fora do controle do indivíduo, pois certas palavras e expressões que se apresentam enquanto o indivíduo fala ou escreve, nem sempre estão de acordo com sua vontade (FINK, 1998).

sociais, desemboca em um sofrimento inevitável e que, na concepção psicanalítica, leva o sujeito à necessidade da gestão de um mal-estar inerente à condição humana, como explica um psicanalista membro da EBP-SP:

“A questão da cura é uma questão filosófica dentro da psicanálise, porque a própria constituição do ser humano o obriga a viver na insatisfação. Isso não é uma característica de cada um em particular, é uma coisa da estrutura do ser humano: nós somos condenados à insatisfação, isso é o que caracteriza o ser humano [...] cura, como o indivíduo em completa satisfação, isso não existe, e a psicanálise nunca se propôs a isso; isso é do imaginário, a pessoa pode até procurar essa ilusão, mas cabe à psicanálise ir desiludindo ele pouco a pouco para que ele suporte essa verdade que é do humano, uma verdade existencial.”
(Entrevista gravada)

Para legitimar essa proposta psicanalítica, Lacan criou um modelo institucional que chamou de Escola, pautada na responsabilidade do psicanalista em relação a sua própria formação através da participação em seminários, grupos de estudos, supervisão e análise pessoal, seguindo as orientações dos analistas membros da instituição. Desse modo, a instituição tem duas metas básicas: “sustentar a existência da psicanálise no mundo e sustentar a formação psicanalítica permanente dos analistas, guiados pela ética do desejo” — conforme disse um membro da EBP-SP⁹.

Ao longo da etnografia, participando de eventos, seminários e grupos de estudos, pude apreender como a instituição lacaniana torna indiscernível o processo de formação do analista de sua análise pessoal. Mais do que isso, um sujeito só é considerado psicanalista de fato quando acessa, através de sua própria análise pessoal, uma nova posição subjetiva concernente aos pressupostos teóricos lacanianos.

A Loucura de Cada Um

Eric Laurent (2011), psicanalista francês e uma das mais importantes lideranças institucionais da AMP, afirmou em uma entrevista que ser normal “*é ser louco, como todo mundo, mas à sua maneira; a de cada um não é a do vizinho. A felicidade comum não existe, cada um tem as particularidades do seu mundo e o que o faz enlouquecer*”. Tal afirmação expressa o pressuposto da abordagem lacaniana que desloca o imperativo do ideal de “saúde mental” para o de “todos são loucos”, sendo esse processo de psicopatologização o meio de construção de significados e sentidos para o tratamento.

Com este argumento, a base da temática trabalhada pelas Escolas associadas à AMP, entre 2010-2014, foi a constatação clínica de que, em um contexto chamado de pós-modernidade, estaríamos envolvidos em transformações no estabelecimento dos laços sociais, familiares e íntimos. Um dos principais argumentos dos *membros* da instituição era o de que o declínio da autoridade paterna trouxe consequências significativas ao desenrolar do complexo de Édipo, o que fez com que os sujeitos se organizassem psiquicamente de maneira distinta. Haveria uma espécie de “imperativo da satisfação individual”, determinado pela *sociedade do consumo*, que “*faz com que as pessoas não saibam mais como lidar com as frustrações e decepções em um contexto social que cobra a felicidade e o bem-estar a todo custo*” — como explicou um psicanalista em um seminário que assisti na EOL, em 2012.

⁹ A descrição detalhada dos modos de organização da instituição, os processos de admissão e engajamento à instituição, bem como os títulos e as categoriais diferenciais de membros então presentes em Antonio, 2015.

Para Jacques Alain Miller (2004), genro de Lacan e principal liderança da AMP, se a prática freudiana abriu caminho para a “liberação sexual”, a lacaniana “tem que dar conta desse sucesso sensacional”, direcionar-se para as consequências dessa suposta “liberdade” dos indivíduos. De modo sintético, seu argumento pauta-se na constatação de que, na pós-modernidade, novas formas de organização familiar tiveram origem: a mãe estaria livre para gozar com seu filho sem a presença de uma estrutura autoritária para separá-los, e essa relação de gozo com a mãe levaria ao recrudescimento dos casos de psicose nos sujeitos, em razão da não incidência da castração ou da incidência de uma castração que já não teria a eficiência de antes em barrar o sujeito. Tal mudança, entendida como estrutural, foi constatada na prática clínica através dos novos sintomas apresentados pelos analisantes. Diante disto, uma nova nosografia surgiu, pois se anteriormente as estruturas psíquicas eram facilmente classificadas como neurose, psicose ou perversão, agora, com o declínio do simbólico, tornaram-se mais complexas, sendo mais difícil a sua distinção; além disso, haveria aumento de casos que poderiam ser diagnosticados como psicóticos. Com a incidência clínica desses *sintomas*, Miller criou, após um ciclo de debates entre *membros*, realizado na França entre 1996 e 1998, a nosografia *psicose ordinária*. A partir daí, esta passou a orientar a direção do tratamento praticado pelos *membros* da AMP.

Nessa perspectiva, se na época de Freud os indivíduos sofriam por não poder realizar seus desejos devido a normas morais e éticas limitadoras, hoje eles sofreriam pelo excesso de gozo: o sofrimento decorreria não só da liberdade para a satisfação dos desejos, como, principalmente, do dever de satisfazê-los. Conforme a fala de um psicanalista da EBP-SP, em um seminário de 2011:

A condição do laço social é uma paranoia que cria um Outro para que o sujeito possa advir. O sujeito contemporâneo não está suficientemente paranoicizado para construir laço social. Segundo Miller, resta à psicanálise paranoicizar o sujeito, instaurar-lhe a falta, pois a ideia de liberdade de satisfação é um imperativo tão destruidor como foi a repressão na época de Freud (Caderno de campo).

Os eventos institucionais giravam em torno do que os *membros* designavam como *novos modelos de subjetivação*, com debates de estratégias para o tratamento do que há de mais “singular na loucura de cada um frente ao universalismo do ideal de saúde mental”¹⁰. O ponto que interessa, aqui, está no modo como tais interpretações são transmitidas como expertise clínica na formação do analista e, conseqüentemente, incorporadas e aplicadas à construção de uma noção de pessoa no processo terapêutico.

Em vez da suspensão da distinção entre normal e patológico, considero mais coerente pensar em uma transformação na significação dos termos operados pelo saber psicanalítico, que interpreta e aloca o psicopatológico como estado de normalidade. A psicopatologização torna-se origem e destino subjetivo inescapável, atrelada ao desconhecimento de uma instância constituinte de si, a saber, o inconsciente, que só

¹⁰ A problemática foi trabalhada extensamente pelas *Escolas*, como indicam os temas de referência de vários encontros: *O Sintoma na Clínica do Delírio Generalizado* (XVIII Encontro Brasileiro do Campo Freudiano, realizado em novembro de 2010); *A Saúde Mental e os Delírios da Vida Cotidiana* (seminário preparatório para o 5º Encontro Americano do Campo Freudiano – Enapol 2011, realizado no Rio Grande do Norte em março de 2011); *A Saúde Mental e a Loucura de Cada Um* (Seminário da Diretoria, apresentado na EBP-SP em março de 2011); *A Saúde Para Todos, Não Sem a Loucura de Cada Um* (5º Enapol, realizado em junho de 2011 no Rio de Janeiro).

através da *experiência analítica* se pode apreender. Como afirma uma psicanalista membro da EBP-SP, o *analista* é quem funda o inconsciente e isso não significa que este não exista para quem não faz *análise*: existe, mas o sujeito é incapaz de apreendê-lo. Um *ato falho* fora da clínica não tem significação, é apenas um equívoco para a pessoa:

“Pode até estar na fala das pessoas, mas não tem o outro que aponte isso, pois na clínica também, se a pessoa comete um ato falho e o analista não aponta, isso também não existe. [O inconsciente] só passa a existir a partir do momento que esse sujeito se dá conta dos efeitos de sua existência na própria vida e se propõe a saber cada vez mais sobre ele — daí que dizemos que o inconsciente só existe na clínica.

Na definição de Lacan (1997), a *ética da psicanálise* é o compromisso terapêutico de levar o sujeito a não ceder em seu desejo, ou seja, subverter esta lógica da *alienação pelo Outro*. No Seminário 7, todo dedicado à discussão da *ética*, ele apontou para o “*nó estreito do desejo com a Lei*”, resultante do *complexo de castração* (LACAN, 1997, p. 217), e determinou, como compromisso ético da terapêutica, fazer o *analisante* (re)conhecer o próprio desejo e sua impossibilidade de satisfação¹¹.

Foucault (2006) salienta como a noção de “sujeito desejante” constituiu tema e orientação conceitual recorrentes na história do pensamento ocidental. Mesmo teorias sobre a liberação da sexualidade são permeadas pela caracterização da pessoa como fundamentalmente orientada pelo desejo, tornado *locus* da verdade e da essência de si. Para o autor, haveria continuidade entre o confessoriano cristão e o divã, pois mesmo que os conteúdos sejam agenciados de modo distinto nessas duas práticas, a normatização dos afetos através do exame de si nelas implicado permaneceu (FOUCAULT, 1993). A psicanálise não só interpreta o funcionamento da repressão como produz um novo conjunto de relações repressivas vinculadas ao desejo e elaboradas como campos emancipatórios: o desejo, para ser liberto das amarras da repressão, deve ser falado, confessado. Na leitura foucaultiana, o modo como o desejo é relacionado à verdade do sujeito implica uma “*estética da existência*” (FOUCAULT, 2006), que regula a relação do sujeito consigo mesmo a partir de dispositivos de práticas e técnicas de si. Isso permite pensar a psicanálise como produto de uma esfera discursiva cujo foco está no controle e no governo do sujeito em suas experiências físicas, subjetivas e morais (FOUCAULT, 1993, 2010c).

Nesse quadro, a obra seminal de Deleuze e Guattari, *O anti-Édipo* (2010), denuncia, simultaneamente, a versão freudiana, que se pauta na imagem do modelo burguês do triângulo familiar, e a releitura lacaniana, que transforma o “*complexo*” em uma estrutura que impõe a todo e qualquer contexto a subjugação do sujeito à negatividade do desejo. “O que questionamos” — dizem os autores — “é a edipianização furiosa a que a psicanálise se entrega, seja prática ou teoricamente, com recursos conjugados da imagem e da estrutura” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 75), e que “*neurotiza tudo no inconsciente, ao mesmo tempo em que edipianiza, em que encerra todo o inconsciente no triângulo familiar.*” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, 2010, p. 78). Deleuze e Guattari consideram que o problema da psicanálise, portanto, está em

¹¹ A concepção de desejo, tal como os psicanalistas lacanianos a concebem, remonta à tradição filosófica hegeliana, em que o desejo é entendido como “*pura negatividade*” que desconhece a satisfação com objetos empíricos. Assim, o desejo é compreendido como manifestação da falta, caracterizando um modo de ser do sujeito que leva Lacan a falar do desejo como uma “*falta-a-ser*”, fundamental para constituição do sujeito do inconsciente (SAFATLE, 2007).

considerar o desejo por meio da chave familiar, em que a questão do sujeito (seus conflitos, angústias e sofrimentos psíquicos) se restringe à esfera individualizante e privada da família, ficando em suspenso reflexões acerca do meio social, político e econômico — ou, ao menos, acerca da rede de ligação que existe entre todos esses aspectos e a organização familiar. É nesse sentido que os autores falam em “imperialismo de Édipo”, ou “Édipo generalizado”. Nessa perspectiva, a psicanálise lacaniana, ao soldar o desejo a uma *falta estrutural* ao sujeito, organiza-se como uma espécie de “teologia negativa que comporta um apelo à resignação infinita (a Lei, o impossível etc.)” (DELEUZE; GUATTARI, 2006, p. 285). Ainda nesta concepção, se o desejo é o que funda o inconsciente, este deveria ser produzido como afirmação de múltiplas possibilidades políticas, pois, “Para a psicanálise, pode-se dizer que há sempre desejos demais. Para nós, ao contrário, não há nunca desejo o bastante” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 346).

Ao afastar o ideal de normalidade do horizonte terapêutico e, como diz Laurent, “*paranoicizar o sujeito*” instaurando a lógica desejante como modo inescapável de subjetivação, pode-se observar a relação da teoria lacaniana com os princípios liberais. Segundo Lanna (1994), Adam Smith preconiza uma teoria econômica que toma como primado uma entidade individual cuja determinação psicológica é suposta *a priori*. Assim, para Lanna (2007), se para Marx há, no capitalismo, fetiche da mercadoria, para Dumont a modernidade ocidental caracteriza-se pelo fetiche do próprio humano, expresso na noção de pessoa como indivíduo, definido psicologicamente a partir de motivações e interesses próprios, com desejos de acumular bens e poder, além de desejos por liberdade, realização psíquica e felicidade. Ora, a proposta lacaniana de uma *ética da psicanálise*, enquanto conduta terapêutica que (re)afirma a condição de *sujeito desejante* como fato inelutável, não contradiz este ideal, ao contrário, minha hipótese é a de que ela induz a produção de um modelo subjetivo que reafirma e atualiza a lógica neoliberal. E esta, por sua vez, associa as ideias de liberdade e responsabilidade de cada indivíduo em relação aos próprios desejos e insatisfações.

Os princípios neoliberais geralmente atribuem a responsabilidade por riscos sociais como doenças, desemprego e pobreza a indivíduos e famílias como uma questão privada de 'autocuidado' (LEMKE, 2001). Também conhecido como *self-management*, esse autogerenciamento significa uma associação intrínseca entre a autossuficiência individual e as forças pró-mercado, acompanhadas por uma queda concomitante no financiamento do governo para serviços sociais e de assistência à saúde (BRIJNATH; ANTONIADES, 2016; CLARKE, 2005; SAWYER, 2008). Práticas para o acesso ao bem-estar, cuidar de si mesmo, desenvolver seus próprios potenciais de produtividade, passam a ser consideradas medidas fundamentais para o controle da vida. Com isso, os cálculos de governamentalidade passam de uma normatividade externa para uma atenção técnica que cada indivíduo deve adotar em relação a sua mente, seus corpos, suas preferências, seus desejos (FOUCAULT, 2008a, 2008b, 2010b). A regulação do desejo e da satisfação acabam englobados pela lógica do sistema neoliberal, que promove um deslocamento de termos, conceitos e sentidos políticos e econômicos do plano social para o individual. É neste ponto que se estabelece uma contradição intrínseca ao modo de subjetivação produzido neste contexto: como defender a igualdade se os sujeitos estão cada vez mais levados a potencializar sua própria singularidade? Como defender a liberdade se temos que nos responsabilizar por condições de saúde, bem-estar e produtividade?¹²

¹² A incompatibilidade entre liberdade e responsabilidade refere-se, aqui, a ideia de responsabilização articulada pelos interlocutores da pesquisa, que a remetem a um sujeito atento as consequências de seu

De acordo com a análise de Sahlins (2004a, p. 578): “Metade anjo, metade besta, o homem não é simplesmente um ser duplo e dividido, mas está condenado à perpétua guerra interna entre o espírito e a carne” legitimada pelo “mito da Queda de Adão”, no qual o humano se define como criatura imperfeita e, portanto, condenada a um sofrimento contínuo resultante de necessidades e desejos insaciáveis, “cuja existência terrena pode ser reduzida à busca do prazer e da anulação da dor” (SAHLINS, 2004b, p. 486). Na “cosmologia ocidental”¹³ o humano é visto, por um lado, como animal pré-social, egocentricamente entregue ao seu próprio bem-estar, e, por outro, como criatura social, capaz de submeter seus interesses pessoais à moral da sociedade. Ora, por mais que haja distinção entre corpo e alma em outras culturas, o que distingue a cultura Ocidental é a ideia de conflito entre eles, entre o indivíduo e os *laços sociais*. Com o Renascimento, a estetização da experiência humana acentuou a fronteira entre dor e prazer, através de uma concomitante interiorização de suas problemáticas. Ligado ao dualismo antagônico cristão da carne e do espírito, o humano como criatura da necessidade aparece de forma atualizada no desenvolvimento das ciências econômicas, alimentando a produção da lógica liberal como sistema cultural. Assim, de mal original em santo Agostinho, as necessidades do corpo passaram a ser naturais em Hobbes, até acabarem como condição para a organização social em Adam Smith, que torna a miséria humana uma ciência positiva que poderia nos levar a aproveitar ao máximo as satisfações possíveis com meios que estão sempre aquém das nossas necessidades: “Originariamente condenado como autor do pecado, o homem que se preocupa em agradar a si mesmo veio a ser uma coisa boa e, no final das contas, a melhor delas, uma vez que o maior bem de todos viria da completa preocupação de cada pessoa consigo mesma.” (SAHLINS, 2004a, p.569).

Com o desenvolvimento da lógica liberal, a vida define-se pela incansável busca pela felicidade, uma busca que nunca cessa, considerada o próprio motor do progresso e desenvolvimento da condição humana (SAHLINS, 2004b)¹⁴. E como decorrência desse processo, o neoliberalismo aparece submetido a um determinismo intelectual, que busca explicar todos os tipos de formação cultural através de uma suposta “disposição inata [dos humanos] para a competitividade de interesses próprios” (SAHLINS, 2008, p. 2), permeado por uma ciência econômica e política que trata indivíduos como autônomos e devotados apenas às suas próprias satisfações e escolhas racionais, ignorando as múltiplas experiências de socialidade, de natureza e de humanidade, reconhecendo no indivíduo clássico burguês o retrato de um universal suposto como “natureza humana”¹⁵.

próprio sintoma. Estas consequências são avaliadas e normalizadas pelas relações sociais nas quais o sujeito se insere, cada um responsável por si mesmo dentro de um enquadramento social que dita os códigos do que é certo, errado, saudável, prejudicial, legítimo, proibido etc. A subjetividade torna-se, portanto, uma intersubjetividade socialmente determinada. A questão torna-se, justamente, apontar quais significados são colocados em circulação na normalização dos sujeitos em um contexto neoliberal.

¹³ Este termo é utilizado por Sahlins (2004a, 2008), nos textos em que o autor se debruça sobre uma “cosmologia nativa do pensamento ocidental”, realizando o que chama de “genealogia intelectual do ocidente”. O autor considera a produção de saber nas sociedades ocidentais como estruturas nativas que habitam as ciências humanas e sociais. Com isso, analisa uma suposta concepção de “natureza humana”, que aparece como uma “ficção ocidental” orientada pela lógica racional-cultural dos preceitos político-econômicos do capitalismo.

¹⁴ Segundo Sahlins (2004a, p.605), “tudo se reduziu à simples e triste idéia da vida como um movimento em direção às coisas que fazem o sujeito sentir-se bem e para longe daquelas que o ferem. Digo ‘triste’ porque qualquer um que defina a vida como a busca da felicidade tem de ser cronicamente infeliz”.

¹⁵ Sahlins (2008, p. 98) afirma que “There is nothing in nature as perverse as our idea of human nature. It is a figment of our cultural imagination”.

Assim, o que na Antiguidade era considerado escravidão humana aos desejos do corpo tornou-se, na moderna visão burguesa, a liberdade humana essencial, promovendo um ideal que afirma o humano como criatura da necessidade — e a experiência da falta tornou-se um sofrimento subjetivo insuportável, lógica que se expressa na própria teoria psicanalítica. A partir de suas concepções de sujeito desejante, singularidade, responsabilização, a psicanálise lacaniana (re)produz esse modo específico de subjetivação amparada por todo o conjunto de estruturas simbólicas que regem a organização social que serve de cenário para a atuação da terapêutica.

Liberdade e Igualdade – Responsabilidade e Singularização

Jorge Forbes (2010), um dos fundadores da EBP, desenvolve uma proposta de *direção do tratamento analítico* centrada na ideia de que há uma relação intrínseca entre inconsciente e *responsabilidade*:

O inconsciente do qual vamos tratar é aquele que leva o ser falante a responsabilizar-se pela invenção de seu estilo singular de usufruir de seu corpo e de sua vida. No discurso da psicanálise difundida nos meios de comunicação, responsabilidade e inconsciente não são termos que aparecem conjugados, chegando a ser considerados excludentes. Assim, a responsabilidade estaria associada à consciência plena e onde houvesse inconsciência não poderia haver responsabilidade. Diante de um ato que cometeu — voluntária ou involuntariamente — e sobre o qual estranha a própria participação, é comum a pessoa dizer: “Só se foi o meu inconsciente”. No século XXI, o psicanalista que acredita no inconsciente irresponsável não trata o sintoma e não cura. É urgente considerar a responsabilidade pelo que é inconsciente, pois já não podemos mais contar com as ficções — tais como a do mito paterno — que, até o século passado, nos permitiam escapar, dizendo: “Foi por causa de papai” (FORBES, 2010, p. 11-12).

De acordo com os lacanianos da AMP, a psiquiatria aliada às neurociências e à indústria farmacêutica, encaixam sintomas, queixas e comportamentos dos pacientes em um panteão generalizante de categorias que comprova a incidência da “doença psíquica” como mal a ser extirpado. Com isso, retira qualquer participação do paciente no que lhe ocorre. Já a psicanálise lacaniana propõe o avesso: *responsabilizar* o sujeito não só pela incidência, como resolução dos infortúnios psíquicos e somáticos, pois no *sintoma* reside a verdade do sujeito. Assim, a noção lacaniana da *responsabilização* dos sujeitos pelo seu sintoma e alívio de seus sofrimentos atrela-se à de *singularidade*.

Para Ricardo, *membro* da EBP-SP, a principal mudança proporcionada pela *análise* concerne à maneira de se relacionar: “*you não se engana mais em relação ao que você espera dos outros*”. Explicou que o *neurótico* está sempre à procura do gozo, da *satisfação*, e “*a psicanálise forma pessoas comprometidas com o desejo em sua causa singular*”. Isso significa que a pessoa construída na/pela terapêutica pode se relacionar sem a preocupação *neurótica* de ter que servir aos desejos do outro, ou ser desejada pelo outro. Experiência semelhante foi descrita por Dolores, psicanalista membro da EOL:

A psicanálise não vai curar esse sintoma, o que ela vai fazer é buscar o que está por trás disso, o que está por trás desse funcionamento. Por exemplo, uma garota que vive se apaixonando, namorando, e todo namorado acaba

traindo ela, com todos que ela se envolve é isso. O sintoma seria ela como vítima, sofredora, coitadinha. Você começa a ouvir, buscar o que está por trás disso. Ai ela fala que mexe no celular do namorado, vê que ele tem o telefone de ex-namoradas, você percebe que ela fica procurando alguma coisa, se torturando, porque não tem problema ter número de ex no telefone. A garota parece que fica demandando que o namorado a traia; ela fica cutucando, esperando que ele faça isso. Ai, quando ele faz: 'Ai, tá vendo? isso de novo! Olha como eu sofro, eu não tenho sorte, homem não presta, tenho que ficar sozinha mesmo'. A psicanálise não vai fazer você pensar de outra forma, mas vai fazer você analisar porque sua insegurança é tão forte, tirar o foco do outro [...] A psicanálise vai mostrar pra ela por que ela faz isso, por que ela gosta de se fazer de vítima, coitadinha. Ai ela escolhe se quer mudar ou não, ela vê o que este gozo traz de benefício e de prejuízo. Ai a pessoa se posiciona.

A responsabilização por seu sofrimento, e a vontade que o *analisante* deve assumir para sair de uma posição vitimizadora, aparecem como algo atrelado a questões privadas, individuais. Os psicanalistas e *analistas*, ao falarem sobre a *análise* e seus efeitos, não raro usavam as palavras “independência”, “liberdade”, “autonomia”, “não submissão às determinações do Outro”. No processo terapêutico, a explicação para o *mal-estar* está na dependência do desejo do Outro, como me explicou uma psicanalista que frequentava as atividades da EBP-SP:

A psicanálise preza muito pelo laço social, mas ela está sempre querendo livrar o sujeito desse imaginário de que o outro está sempre querendo alguma coisa da gente e que a gente tem que saber o que é para ser acolhido. Não é assim que as pessoas vivem? 'O que será que eu fiz pro fulano? Não entendo, faço tudo que ele quer, mesmo assim não dá certo'; 'Mesmo quando faço o que ela diz que está querendo, sempre é outra coisa'. Isso quer dizer que nunca sei o que o outro quer de mim e que estou o tempo todo querendo saber para ser acolhido no amor puro. Basicamente, isso é o que nos inaugura na vida, o bebê ou a criança está sempre buscando fazer o que a mãe deseja para ser acolhido no amor dela, e a gente carrega isso ao longo da vida, esse é o sofrimento neurótico. Isso é recorrente mesmo que não esteja explícito na fala da pessoa, a questão do que fazer para ser acolhido no amor do outro, na neurose, é sempre assim. Isso faz parte da constituição da nossa subjetividade. A gente se inaugura como sujeito dependendo do amor do outro, não tem como se inaugurar como pessoa se isso não acontecer.

De acordo com ela, a partir do nascimento o sujeito passa a responder à demanda do Outro, mas deve chegar o momento em que ele se dê conta de que talvez não precise atender a todas as demandas que lhe são dirigidas, e, geralmente, é na *análise* que a pessoa chega a essa compreensão: “A psicanálise não tem essa preocupação em manter os laços. Não trabalhamos para destruí-los, mas também não vamos trabalhar para preservá-los se isso faz mal para o sujeito [...] a análise proporciona que este sujeito tome as rédeas da própria vida e a conduza”.

Apesar de “prezar muito pelo laço social”, a psicanálise não “tem a preocupação de mantê-los”, sendo o alívio dos conflitos e sofrimentos concernentes ao plano do individual. Para isso, como afirmam os interlocutores, é fundamental que a *análise* trabalhe a *autonomia* com a qual o *analisante* deve lidar com seus *sintomas*, e isso significa se *responsabilizar* pelo próprio sofrimento. Embora essa afirmação pareça óbvia, no pensamento laciano deixar de sofrer exige dedicação, é algo penoso, como se fosse

necessário esforço no comprometimento com tal mudança de posicionamento ante as relações, o que nem sempre as pessoas estão dispostas, preferindo a comodidade de sofrer, e assim, se redimir da *responsabilidade* sobre eles.

A psicanálise lacaniana sugere, como exemplifica um membro da EOL, que o sujeito adote posição de “*não mais ‘me aconteceu’, mas sim ‘eu vi’, ‘eu ouvi’, ‘eu fiz’, [faz o analisante] parar de se alienar frente ao desejo do Outro*”. Nessa lógica, o processo terapêutico consiste em uma dissociação, pelo sujeito, das questões individuais/*singulares* frente as sociais. Esse novo *posicionamento subjetivo*, termo dos próprios interlocutores, é considerado o maior ganho que a terapêutica oferece, pois, a privatização dos problemas e sofrimentos possibilitam sua autogestão, cuidado e controle por parte do indivíduo. Os interlocutores sublinhavam o fato de que o sujeito não pode ser isolado das relações que o constituem, mas que deve *responsabilizar-se* pelo modo como essas relações são estabelecidas e conduzidas. Ou seja, o sujeito deve se *responsabilizar* pelo processo de individuação que constituirá sua *singularidade*. No processo analítico, tudo se passa como se o *analisante* estivesse em busca da essência de si, se esta é independente da visão do outro; se é anterior aos papéis sociais que desempenha; se é a soma dos vários papéis que desempenha; se o indivíduo realmente é quem pensa ser. Essa busca da “verdade de si”, como se houvesse uma identidade original que fosse sendo perdida nas/pelas reações sociais, pressupõe uma imanência do indivíduo, como se este fosse anterior ao social.

A *responsabilidade* significa a prática reflexiva, resultante do acesso a sua *singularidade* que o *analisante* deve desenvolver com/sobre seu inconsciente, mas num sentido inverso ao de responsabilidade jurídica. Nesta, primeiro o sujeito é livre, e por possuir livre-arbítrio, torna-se responsável por seus atos; naquela, ao contrário, a submissão à *experiência analítica* é a condição fundamental para o sujeito se fazer responsável por si mesmo, e com isso, garantir sua liberdade. O indivíduo é livre porque é proprietário de si mesmo; dono de si mesmo, pode responder a julgamentos em função de seus atos. Entretanto, como autônomo e responsável, o indivíduo que resulta da *experiência analítica* subjugua seu corpo, seu comportamento, seus sentimentos e atitudes a uma lógica de significação que instaura um modo de subjetivação que parte da ideia do ser como *sujeito desejante*.

Como salienta Russo (1993), apesar da psicanálise lacaniana se edificar a partir de uma teoria que tem como princípio a determinação social na constituição do sujeito, a prática clínica opera por meio de um princípio de individuação, uma vez que fortalece a ideia da existência de um indivíduo atomizado, *singular*, uma entidade ensimesmada, totalizada, cuja esfera psicológica é colocada independente das relações que a constituem. Salem (1992) afirma que é preciso problematizar a caracterização costumeira que se faz do “sujeito psicológico” como o sujeito da consciência, da vontade, dono de si e anterior ao social. Antes da autonomia, há algo no interior do “sujeito psicológico” que o determina, a despeito dele mesmo e de sua consciência.

Nesse sentido, a relação intrínseca entre uma noção de pessoa permeada pelo individualismo e aquela delineada pelo sujeito psicologizado encontra-se como que em uma encruzilhada: a concepção de pessoa centrada no indivíduo supõe, ao mesmo tempo, que este é senhor si porque autônomo, livre e igual, e que não responde por si porque busca o próprio *self*, que lhe escapa (RUSSO, 1997). O que está em jogo nesse deslocamento subjetivo promovido pela psicanálise é um princípio imanente a própria ideia de indivíduo, a saber, o retorno a si mesmo. Daí que “o sujeito psicológico, tal como concebido pela psicanálise, só adquire inteligibilidade em um contexto

individualista” (SALEM, 1992, p. 74). Na concepção de Russo (1993), a proposta lacaniana de desfazer a ilusão individualista ao tomar o “eu” como sintoma por excelência só é possível numa sociedade cujo valor central é o indivíduo, “pois só é aplicável em (ou mesmo objeto de demanda de) sujeitos que se constituíram a partir dessa ‘ilusão’” (RUSSO, 1993, p. 27).

Considerações Finais

A proposta deste artigo foi ultrapassar uma abordagem que toma o sujeito como entidade ontológica essencialista, universal, e estabelecer uma discussão sobre seus modos e regimes de constituição, ou subjetivação. Foram retomados estudos antropológicos sobre a categoria de pessoa a fim de analisar uma prática cujo processo imanente de produção de modos de subjetivação possibilitasse apreender a rede intrincada de conexão entre sujeito, política e sociedade.

As noções de pessoa são inseparáveis das noções de sociedade. A análise das configurações políticas que objetivam certas formas de subjetividade ao longo da história da sociedade ocidental não deve supor a interioridade como puro reflexo de algo supostamente exterior, mas sim como espaço de elaboração de mecanismos extrínsecos que se projeta para fora (GOLDMAN, 1999). Assim, não se trata de afirmar o sujeito como mero produto de relações políticas e sociais, mas também pensar tais relações como consequências de modos de subjetivação, o que imprime maior complexidade e exige a observação de práticas em que tais processos se efetivem. Isso quer dizer que a ideia, aqui, foi deslocar a análise da subjetividade na política para a de politização do subjetivo (BUTLER, 2015).

Para Dumont (2000), as sociedades modernas ocidentais possuem como categoria de pessoa a noção de indivíduo como valor central, culminando em diferentes formas e configurações de ideologias individualistas. A desnaturalização radical do que é o indivíduo e individualismo, a partir dos estudos etnográficos, atua como um paradigma e uma contribuição da antropologia aos outros campos da teoria social. Afirar um contexto social permeado por ideologias individualistas implica a observação de espaços que colocam tais ideias como mecanismo de codificação de suas relações constituintes. Isso permite pensar a psicanálise como produto de uma esfera discursiva cujo foco está no controle e no governo do sujeito em suas experiências físicas, subjetivas e morais (FOUCAULT, 1993, 2004, 2010a, 2010b, 2010c)¹⁶.

Se a sociedade capitalista liberta o homem egoísta da moral cristã, permitindo que desejos possam ser satisfeitos, esta satisfação, segundo a psicanálise lacaniana, só pode se dar parcialmente, enfatizando uma “natureza humana” desejanter. Essa “natureza” retoma a tradição intelectual específica do Ocidente, que vê no desejo a característica humana por excelência. A psicanálise lacaniana atualiza essa concepção quando afirma uma condição desejanter intransponível — essa condição não é outra coisa senão uma manifestação da produção social da pessoa engendrada no/pelo sistema liberal, que necessita de *sujeitos desejanter*, possuidores de uma “infelicidade estrutural”.

¹⁶ Para Foucault (2004), o ponto de problematização central gira em torno de uma história das diferentes maneiras com que os indivíduos desenvolvem conhecimentos sobre eles mesmos, propondo a análise de ciências e saberes como “jogos de verdade” específicos, relacionados a técnicas particulares que os seres humanos utilizam para entenderem a si próprios, a partir de determinam a conduta dos indivíduos e os submetem a certos fins ou dominação.

No processo de levar o *analysante* à compreensão de seu *mal-estar*, se estabelece, progressivamente, o deslocamento de um “mal exterior” para um “mal interior”: o problema está na relação do sujeito com os outros que o habitam. Pouco a pouco, o papel da *responsabilidade* e da intencionalidade (inconsciente) torna-se imperativo para o alívio da experiência de sofrimento. Essa totalidade pretendida é a do indivíduo enquanto valor da ideologia ocidental, que sustenta, como uma ficção, a percepção de que o indivíduo é destacado das relações que constitui, e que o constituem o tempo todo (DUMONT, 1992).

Nesse sentido, apesar da psicanálise lacaniana ter princípios particulares, carrega uma base comum com outros saberes psi: padronização técnica, pautada em um sistema teórico determinado que busca incutir um sistema simbólico fixo que deve ser incorporado pelos sujeitos para a efetivação do tratamento. Autores como Castel (1978, 1987) e Foucault (2004, 2011) apontaram a ambivalência constituinte das práticas psicológicas, que vai da alienação à responsabilização de seus pacientes. A ativação da responsabilização, atrelada à liberdade de escolha, torna-se ferramenta estratégica de governamentalidade da vida pessoal, social e econômica dos sujeitos (FOUCAULT, 2010a).

O imperativo da responsabilização e singularização, de acordo com Rose e Miller (2012), parte da ideia de um sujeito produzido por um conjunto que envolve racionalidades políticas, sociais e econômicas, e códigos morais enredados em condições balizadas pelas ideologias individualistas e neoliberais. Numa sociedade permeada pela ideologia individualista, uma prática terapêutica como a psicanálise encontra as condições ideais de existência. Com isso, não estou, aqui, colocando em questão os méritos dos profissionais psi para a efetivação dos ganhos que a terapêutica traz aos *analysantes*, e sim salientando aspectos que associam os sentidos operacionalizados na/pela terapêutica com o contexto social, político, econômico no qual ela se insere.

Mercado, consumo, fabricação de desejos, cuidado de si, ciência e gerenciamento biopolítico dos corpos compõem uma rede articulada que entrelaça corpos, naturezas, subjetivações, e implica no englobamento de realidades coletivas pela virtualidade do individual. Etnografar esses processos permite acessar os diferentes meios e modos de construções de subjetivação que demonstram a operacionalização de processos de individuação em um sistema neoliberal.

Referências

- ANTONIO, Maria Carolina de Araujo. *A ética do desejo: estudo etnográfico da formação de psicanalistas em escolas lacanianas de psicanálise*. 297f. 2015. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- BRIJNATH, Bianca; ANTONIADES, Josefina. I'm running my depression: self-management of depression in neoliberal Australia. *Social Science & Medicine*, Oxford, v. 152, p. 1-8, 2016.
- BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.
- CARVALHO, Sérgio Resende. Governamentalidade, ‘sociedade liberal avançada’ e saúde: Diálogos com Nikolas Rose (Parte 1). *Interface*, Botucatu, v. 19, p. 647-658, 2015.
- CASTEL, Robert. *A gestão dos riscos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- CASTEL, Robert. *O psicanalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- CLARKE, John. New Labour's citizens: activated, empowered, responsabilized, abandoned? *Critical Social Policy*, London, v. 25, n. 4, p. 447-463, 2005.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Deleuze e Guattari explicam-se. In: DELEUZE, Gilles. *A ilha deserta e outros textos*. São Paulo: Iluminuras, 2006. p. 277-292.

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol. 2. Rio de Janeiro: Ed, v. 34, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O anti-édipo*. São Paulo: Ed.34, 2010.
- DUMONT, Louis. *Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. São Paulo: Edusc, 2000.
- DUMONT, Louis. *Homo hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: Edusp, 1992.
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- FORBES, Jorge. *Inconsciente e responsabilidade*. 158f. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- FORTES, Meyer. *Religion, morality and the person: essays on tallensi religion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault. *O Globo*, Seção Prosa. Enviado em 11.01.2014. (Entrevista concedida a Claudio Bojunga e Reinaldo Lobo em outubro de 1975), 1975. <https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/uma-entrevista-com-michel-foucault-520469.html#:~:text=asilo%2C%20a%20tortura.-,No%20ano%20em%20que%20se%20completam%20tr%C3%AAs%20d%C3%A9%20da%20morte,explicar%20o%20presente%20pelo%20passado>. Acesso em 03.fev.2014
- FOUCAULT, Michel. Lacan, o “liberatore” da psicanálise. *Ditos e escritos*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 329-330, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos V: ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: curso no Collège de France, 1979-1980: excertos*. Tradução e transcrição de Nildo Avelino. 2. ed. São Paulo: Centro de Cultural Social: Rio de Janeiro: Achiamé, 2011.
- FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva. 2004.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal. 1993.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. (org.). *Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010c. p. 273-295.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FREUD, Sigmund. Uma dificuldade da psicanálise. In: FREUD, Sigmund. *História de uma neurose infantil: (“O homem dos lobos”)*, além do princípio do prazer e outros textos (1917-1920). São Paulo: Cia das Letras, 2010.
- GOLDMAN, Marcio. Uma categoria do pensamento antropológico: a noção de pessoa. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 83-109, 1999.
- GUATTARI, Félix. *Micropolítica: cartografias do desejo*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- GUATTARI, Félix. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: LACAN, Jacques. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 496-535.
- LACAN, Jacques. *O seminário, livro 7: a ética na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LANNA, Marcos. Mauss e Marx. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ANPOCS, 2007. mimeo.

- LANNA, Marcos. Observações sobre a categoria “indivíduo” na obra de Malinowski. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ano 9, n. 24, p. 122-132, 1994.
- LAURENT, Eric. Congressos e livros discutem como lidar com a loucura na sociedade atual. *O Globo*, São Paulo, 1 maio 2011. Entrevista concedida a Viviane Nogueira. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/sociedade/saude/congressos-livros-discutem-como-lidar-com-loucura-na-sociedade-atual-2776228>. Acesso em: 3 jun. 2011.
- LEENHARDT, Maurice. *Do Kamo: person and myth in the Melanesian world*. Chicago: Univ. Chicago Press, 1979.
- LEMKE, Thomas. 'The birth of bio-politics': Michel Foucault's lecture at the Collège de France on neo-liberal governmentality. *Economy and Society*, London, v. 30, n. 2, p. 190-207, 2001.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p.11-46.
- LÉVY-BRUHL, Lucien. *A mentalidade primitiva*. São Paulo: Editora Paulus, 2008.
- MASOTTA, Oscar. *Introdução à leitura de Lacan*. Campinas: Papyrus, 1988.
- MAUSS, Marcel. Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do 'eu'. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003. p. 367-398.
- MILLER, Jacques-Alain. *Conferência de Jacques-Alain Miller em Comandatuba*. 2004. Disponível em: <http://2012.congressoamp.com/pt/template.php?file=Textos/Conferencia-de-Jacques-Alain-Miller-en-Comandatuba.html>. Acesso em: 5 maio 2019.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- ROSE, Nicolas; MILLER, Peter. *Governando o presente: gerenciando a vida econômica, social e pessoal*. São Paulo: Paulus, 2012.
- ROSE, Nikolas. *A política da própria vida: Biomedicina, poder e subjetividade no século XXI*. São Paulo: Paulus, 2013.
- ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- RUSSO, Jane. *O corpo contra a palavra: as terapias corporais no campo psicológico dos anos 80*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1993.
- RUSSO, Jane. Os três sujeitos da psiquiatria. *Cadernos do IPUB*, Rio de Janeiro, n. 8, p.11-21, 1997.
- SAFATLE, Vladimir. *A paixão do negativo: Lacan e a dialética*. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.
- SAHLINS, Marshall. Cosmologias do capitalismo: o setor transpacífico do “sistema mundial”. In: SAHLINS, Marshall. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro, 2004b. p. 445-502.
- SAHLINS, Marshall. *The western illusion of human nature*. Chicago: Prickly Paradigm Press, 2008.
- SAHLINS, Marshall. Tristeza da doçura, ou a antropologia nativa da cosmologia ocidental. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro, 2004a. p. 563-620.
- SALEM, Tania. A despossessão subjetiva: dos paradoxos do individualismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 62-77, 1992.
- SAWYER, Anne-Maree. Risk and new exclusions in community mental health practice. *Australian Social Work*, Melbourne, v. 61, n. 4, p. 327-341, 2008.
- SIMONDON, Gilbert. The genesis of the individual. In: CRARY, J.; KWINTER, S. (ed.). *Incorporations: Zone 6*. New York: Zone Books, 1992. p. 297-319.

*Minicurriculo da Autora:

Maria Carolina Araújo. Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de São Carlos (2015). Professora colaboradora de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: carol_araujo13@hotmail.com.